

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Félix Mendonça Júnior)

Requer a realização de Audiência Pública para debater "a sobrevivência da cadeia do livro no Brasil".

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater "a sobrevivência da cadeia do livro no Brasil".

Para tanto, sugere-se que o debate envolva atores relevantes para o aprofundamento do tema, que tomamos a liberdade de sugerir, sem prejuízo de acréscimos por parte das e dos ilustres membros da Comissão de Cultura.

Propomos, inicialmente, que sejam convidados os seguintes representantes:

- Do Ministério da Educação (MEC);
- Do Ministério da Cultura (MinC);
- Da Câmara Brasileira do Livro (CBL)
- Do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL);
- Leonardo Bastos e Denise Fleck, autores do Estudo "Indústria Editorial de Livros no Brasil - Análise Panorâmica de seu Crescimento".

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, circularam diversas notícias na mídia sobre uma possível crise da cadeia do livro no Brasil.

Segundo estudo da Câmara Brasileira do Livro, o crescimento nominal do setor editorial (livreiro) brasileiro em 2014 teria sido de 0,92%. Esse percentual significaria, na verdade, um decréscimo real de 5,16%, considerada a variação de 6,41% do IPCA no ano passado.

Contudo, desconsideradas as vendas feitas ao governo, tal crescimento nominal seria de 7,33%. Isso significa que, em termos reais (utilizando-se o mesmo deflator), as vendas ao mercado teriam apresentado um leve crescimento, de 0,86%, acompanhando, assim, o que se passou com a economia como um todo em 2014. Ou seja, as vendas ao governo é que teriam sofrido decréscimo significativo.

Com tal crise, empresários do setor acreditam então que o governo deveria criar um programa emergencial de crédito de capital de giro para o setor. Além disto, lembram que, apesar da institucionalização da Lei 12.244/10, que dispõe sobre implantação de bibliotecas nas escolas, entendem que esta não se efetivou, talvez por não prever perspectivas de responsabilidades compulsórias, ou seja, de punições no caso do não-cumprimento por parte das escolas públicas e privadas, daquilo que nela é estabelecido. Por isto, acreditam que o Ministério da Educação deveria aumentar as compras do Programa Nacional Biblioteca da escola (PNBE), bem como promover campanhas publicitárias do livro e da leitura veiculadas na mídia em geral.

É lembrado também que tramita nesta casa projeto de lei pela implantação do Fundo Nacional do Livro e Leitura, com fonte de financiamento obrigatório de arrecadação.

Porém, o fato é que, mesmo com o decréscimo, as compras de livros por parte do Governo Brasileiro ainda correspondem a cerca de 36% do faturamento do setor, e isto também gera controvérsias que precisam ser debatidas.

O estudo dos pesquisadores Leonardo Bastos e Denise Fleck, “Indústria Editorial de Livros no Brasil - Análise Panorâmica de seu Crescimento”, realizado em uma parceria entre o Instituto Coppead de Administração e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), aponta, por exemplo, que o crescente aumento dos programas de compra de livros pelo governo, que veio ocorrendo há alguns anos, poderia acrescentar alguns efeitos colaterais no modo de crescimento que podem ameaçar o sucesso das organizações da Indústria Editorial de Livros no Brasil no longo prazo. Certa dependência do Governo não estimularia a inovação de processos e estratégias. Portanto, um destes efeitos seria a acomodação por parte das editoras. O segundo possível efeito colateral seria o elevado nível de legitimidade conferido a esta Indústria pelo governo e pela sociedade, o que lhe garante altas chances de continuar existindo, mas não garante que essa existência se dê de forma saudável no que tange às empresas-membro da indústria, nem no que tange à sociedade como um todo, haja vista os desperdícios que provoca, por exemplo, na forma de crescente volume de encalhes de obras produzidas.

Além da injeção de recursos ocasionada pelas compras governamentais, as facilidades concedidas pelo governo, com a anuência indireta da sociedade, em termos de incentivos fiscais, por exemplo, poderia proporcionar, segundo ainda este estudo, o desenvolvimento de um ambiente piedoso (Fleck, 2010). Nesse contexto a Indústria Editorial de Livros no Brasil poderia vir a se tornar uma *permanently failing industry* (PFI) (MEYER; ZUCKER, 1989 apud FLECK, 2009), isto é, uma indústria na qual a folga de legitimidade e recursos proporcionados pelo governo e sociedade ocultem os efeitos nocivos da ineficiência e acomodação. Esse contexto acarretaria consequências negativas para as organizações que fazem parte da Indústria e para a sociedade como um todo, visto que podem aumentar a propensão de algumas empresas a desenvolver traços de crescimento não saudáveis (FLECK, 2009), uma vez que, neste contexto, os títulos aprovados são produzidos e entregues diretamente ao comprador. Não existem intermediários, nem espera por um público nas livrarias, nem logística de distribuição. Produziu, entregou, recebeu.

Sem dúvida, é importante a participação do Governo no incentivo à leitura, e também em definições como a que foi feita no PNBE de apontar a diversidade como ponto de partida nas escolhas de suas compras. Mas talvez seja a hora, em tempos de cortes orçamentários, que a discussão se amplie, que sejam pensadas também pelo mercado novas oportunidades e descobertos novos e potenciais consumidores/ leitores.

Não paira qualquer dúvida sobre a importância da formação de cidadãos leitores para a construção de uma sociedade equânime e democrática. Nessa tarefa, é consenso que ainda é imensa a distância entre o livro e os leitores.

A terceira edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil – realizada pelo Instituto Pró-Livro, com dados referentes a 2011 – indica que somente 50% dos brasileiros pesquisados se identificam como leitores, ou seja, informam ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses. Esse percentual significa apenas cerca de 88 milhões de pessoas com idade superior a cinco anos.

O levantamento revela a ausência do livro na vida do brasileiro, especialmente depois que ele deixa a escola e perde o acesso aos programas de distribuição gratuita de livros didáticos mantidos pelo poder público. Somente 15% dos entrevistados afirmaram que compram livros e 75% deles informaram que nunca frequentam bibliotecas.

A Lei nº 10.753, de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, tem como primeira diretriz assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. Para tanto, nos últimos anos, o Ministério da Cultura equipou praticamente todos os Municípios brasileiros com, no mínimo, uma sala pública de leitura. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas existe desde maio de 1992. E, como já dito, recentemente a Lei nº 12.244/10 obrigou todas as instituições de ensino brasileiras a manter uma biblioteca.

Nesse contexto, considerando que, apesar de todas essas louváveis medidas, ainda não foi obtido o resultado desejado pela sociedade, é preciso ampliar a discussão e repensar a parceria entre Indústria Editorial e governo para que o Livro seja parte da vidas dos brasileiros, para que se formem leitores, para que a cadeia do Livro não só sobreviva, mas se amplie e se fortaleça, e com ela toda a sociedade. Por isto propomos audiência pública sobre o tema.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR